

Alfabetização em Foco: uma Análise Comparativa entre Instituições de Ensino Superior

Literacy on focus: a comparative analysis between Institutions of Higher Education

ISSN 2177-8310
DOI prefix. 10.18264

Elaine Cristina Ferreira de Oliveira*¹, Mara Rosana Pedrinho², Adriane Orenha Ottaiano³

Resumo

O trabalho versa sobre os conteúdos relacionados ao tema “alfabetização” presentes nas disciplinas nos cursos de Pedagogia nas modalidades presencial e a distância. De cunho documental, esta pesquisa tece algumas considerações acerca da formação dos docentes no que tange a cursos para professores nas modalidades presencial e a distância (EaD). Apresenta uma análise acerca do rol de atividades presentes por essas instituições, além do estudo das grades e disciplinas ofertadas no que diz respeito à leitura e escrita de alunos. Os resultados indicam que a instituição de ensino superior presencial possui mais matérias sobre alfabetização (um total de treze disciplinas) que a faculdade de ensino a distância (seis disciplinas). Estas e outras considerações complementares são explicitadas ao longo do presente artigo.

Palavras-chave: Formação docente, Alfabetização, Conteúdo curricular.

¹ Professora PEB I (Prefeitura Municipal de Votuporanga) e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos do Ibilce/Unesp, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Rua Cristóvão Colombo, 2265, Jardim Nazareth. CEP 15054-000 - São José do Rio Preto - SP - Brasil. elaininha.hta@hotmail.com

² Doutora, professora universitária, Unirp – Centro Universitário de Rio Preto. Unidade Universitária I – Sede. Rua Yvette Gabriel Atique, 45, Boa Vista. São José do Rio Preto – SP - Brasil. mara.pedrinho@gmail.com

³ Doutora, professora universitária, Unesp – Universidade Estadual Paulista. Rua Cristóvão Colombo, 2265, Jardim Nazareth. CEP 15054-000 – São José do Rio Preto - SP - Brasil. adrianeorenya@gmail.com

Literacy on focus: a comparative analysis between Institutions of Higher Education

Abstract

This study deals with the content related to the theme “literacy” present in the disciplines of a face-to-face as well as a distance and on-line course of Pedagogy. The research begins with a brief historical review of higher education and teacher training, regarding face-to-face as well as distance and online courses for teachers. It also presents an analysis that shows the activities carried out by these institutions, besides the study of the syllabus and disciplines that focus on students’ reading and writing. The results show that the face-to-face institution has more subjects on literacy (thirteen subjects in all) in comparison to the distant education institution (six subjects). This considerations and others shall be explained throughout this paper.

Keywords: *Teacher training, Literacy, Curriculum content.*

1. Introdução

O presente trabalho se fundamenta na necessidade de compreender melhor as diferenças entre a estruturação dos cursos de Pedagogia nas modalidades presencial e a distância – apreendendo assim como são articulados os respaldos teóricos e práticos na formação dos profissionais da educação básica.

Sob essa perspectiva, segue o problema a ser estudado: de que forma os conteúdos e as práticas referentes à alfabetização se apresentam na formação do pedagogo em duas instituições de modalidades distintas (presencial e a distância)?

De modo mais específico, buscaremos identificar na grade de ensino e no plano de curso das instituições avaliadas a presença de disciplinas que respaldem a alfabetização. Além disso, temos o propósito de promover discussões dos procedimentos mais utilizados, interpretando a valorização do referido conteúdo, bem como efetuar comparações entre as duas instituições quanto à frequência em relação aos temas analisados. Por fim, pretendemos refletir sobre quais seriam os possíveis desdobramentos na prática pedagógica dos futuros alfabetizadores.

Entendemos que tais escolhas de análise se constituem em indicativos relevantes sobre o respaldo teórico e prático oferecidos aos discentes das duas instituições.

2. Considerações sobre a Formação Docente

Este trabalho inicia com alguns apontamentos sobre o desenvolvimento da docência, visando a compreender de que forma as constantes mudanças ocorridas na sociedade e política brasileiras influenciaram as bases educacionais nacionais da atualidade. Em seguida, traçaremos um panorama com as principais informações do ensino a distância e as consequentes discussões sobre a formação de profissionais mediante essa modalidade de ensino.

2.1 O curso para Professores: Modalidade Presencial

No que se refere ao ensino superior, torna-se necessário abordar brevemente algumas mudanças pelas quais o curso de Pedagogia passou durante o período de 1901 a 2000. De acordo com Nóvoa (1995), o século XX trouxe uma nova visão sobre a carreira do profissional do magistério.

Já havia, na época, um pensamento que almejasse valorizar o trabalho do professor, buscando a profissionalização desses profissionais. Assim, o curso de Pedagogia foi criado na Faculdade de Filosofia e Letras em 1939.

Contudo, visto que não havia no Brasil nenhum modelo anterior para caracterizar o curso em nível de formação superior (as referências eram os institutos de educação), observam-se problemas relativos à concepção curricular e à identidade desse profissional a ser formado no ensino superior como, por exemplo, dicotomia teoria x prática, quando a formação de bacharel era voltada para a ocupação de cargos técnicos e a licenciatura para a docência (Furlan, 2008).

Tal divisão secciona o trabalho docente, culminando em discussões teóricas sobre quais linhas didáticas seguir e quais os objetivos reais a serem atendidos na formação docente. Tem início a “valorização” da técnica, tanto nas concepções do ensino superior quanto nas práticas em sala de aula. As atividades mecanizadas, estruturas rígidas, sem possibilidade de questionamento, eram ditas como correto, e assim a figura do professor não era exaltada mas, sim, a tecnologia e as táticas aprendidas pelo aluno.

Com a abertura política ao final do turbulento período de 1970 a 1980, são noticiados os primeiros movimentos organizados de educadores, que promovem as discussões acerca da identidade do pedagogo, por meio de textos disseminados no meio acadêmico e na realização de fóruns públicos sobre o assunto.

Essa tendência de debater os pilares educacionais nas diferentes vertentes aponta a necessidade de traçar um importante paralelo entre educação e sociedade brasileira. O enfoque das discussões visa a instruir os futuros professores do papel social da educação, fato este que supera as interpretações anteriores da carreira acadêmica. Observa-se que, a partir de 1990, os desafios na área educacional se tornam mais complexos, devido às constantes novidades advindas da tecnologia da informática e o neocapitalismo.

Ambos exigem um novo tipo de sociedade: a primeira passou a demandar conhecimentos complementares à prática docente, como o manuseio de equipamentos e softwares (Carneiro, 2003), aliado ao posicionamento da equipe escolar em compreender este uso na modernização do ensino (Imbernóm, 2010).

Mayer (2011) traz ainda interessantes acepções sobre a aprendizagem multimídia dentro da teoria cognitiva, acrescentando nessa discussão a necessidade de o docente dominar as ferramentas digitais a fim de produzir aulas dinâmicas e interessantes para um aluno que já domina a tecnologia.

O segundo item, neocapitalismo, é citado para contextualizar economicamente as mudanças sociais advindas com o desenvolvimento tecnológico. Bianchetti (2005) traz uma das consequências desse modelo:

o desaparecimento de um poder centralizador permitiria que a maioria das atividades de serviço do governo poderia ser delegada vantajosamente a autoridades regionais ou locais, totalmente

limitadas em seus poderes coercitivos pelas regras ditadas por uma autoridade legislativa superior (p. 101).

Assim, apesar da aparente 'liberdade' de gestão e planejamento, grande parte das relações escolares (currículos pedagógicos, conteúdos, avaliação e afins) ainda é centralizada, cobrada e regulamentada pelo Estado. Contudo, alguns setores já são descentralizados: merenda escolar, por exemplo, é uma área terceirizada em vários estados brasileiros.

Paralelo a estes aspectos, nota-se a esperança de que a instituição escolar dê a formação necessária ao cidadão do ano 2000. Por isso, uma das expressões mais ditas pelos estudiosos atuais é "formação continuada". Tal conceito reitera o constante aprendizado e a atualização de conhecimentos que o professor necessita ter a fim de que esteja apto a exercer sua profissão.

2.2 O curso para Professores: Modalidade a Distância (EaD)

A correspondência a curta e longa distância foi a base estrutural que possibilitou a aprendizagem dos indivíduos que, por inúmeros motivos, não podiam se encontrar pessoalmente. A receptividade e a credibilidade das cartas resultou na rápida disseminação dessa modalidade de comunicação.

O século XX trouxe inúmeros aperfeiçoamentos na comunicação humana, com o desenvolvimento do serviço de correios e telégrafos, que, aliado à tecnologia e informática, possibilitaram novas interações no ensino a distância.

Maraschin (2000) afirma, no que diz respeito ao tema da educação a distância, que essa modalidade de ensino possui crédito pela forma de aprendizagem e a recriação das relações entre as pessoas. Segundo a autora,

o encontro implica uma suspensão da distância, seja ela espacial ou temporal. Nesse sentido, podemos afirmar que não existe educação a distância temporal ou espacial, se pensarmos no livro. Trata-se de uma tecnologia que suspende um tipo de distância [...]. Podemos ter acesso a ideias de pessoas que viveram mais de dois mil anos atrás. Existem outras tecnologias que nos possibilitam uma aproximação espacial. O telefone, por exemplo. [...] O que a tecnologia faz em realidade é eliminar a distância, ou construir outras interações diferentes daquela presencial (p. 25).

Atualmente, vários fatores possibilitam a disseminação do ensino a distância, como a necessidade de aperfeiçoamento constante do profissional, característica exigida pela sociedade globalizada, que impulsiona a população a optar por cursos rápidos e de curta duração. O acesso a essa modalidade de ensino também é facilitada pelos preços acessíveis, em média mais baratos do que as faculdades presenciais. Dessa maneira, pessoas com baixo poder aquisitivo conseguem cursar as instituições de ensino a distância pagando uma mensalidade menor.

O ensino a distância foi regulamentado no Brasil pelo Ministério da Educação (MEC) por diversos decretos, como o nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005 (que regulamenta o Art. 80 da Lei nº 9.394 – LDB); o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006 (que dispõe sobre o exercício das funções gerais das instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino) e o Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007 (que altera alguns dispositivos dos decretos citados anteriormente).

O Art. 1 do Decreto nº 5.622, caracteriza a educação a distância da seguinte maneira:

Para os fins deste Decreto, caracteriza-se a educação a distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos (2005, s. p.).

Também dizem respeito à legislação do ensino a distância, as Portarias nº 1 – de 10 de janeiro de 2007; Portaria nº 2 (revogada) – de 10 de janeiro de 2007 e Portaria nº 40 – de 13 de dezembro de 2007.

3. Metodologia

Como caminho metodológico na discussão do tema, a pesquisa será de cunho documental, por meio de análises comparativas e documentais da grade curricular de dois cursos de Pedagogia (uma instituição presencial e a outra a distância), especificamente relacionada ao conteúdo alfabetização, bem como aos teóricos a ela relacionados. O material da pesquisa está disponível nos websites das faculdades – sendo constituídos, portanto, de conteúdo livre aos internautas.

Em seguida, serão feitas várias reflexões sobre os resultados apontados, que visam a propor algumas soluções para os problemas encontrados.

4. Resultados e Discussão

Para facilitar a compreensão das atividades das instituições, este capítulo inicialmente apresenta uma tabela com informações sobre a natureza das atividades realizadas pelos discentes das duas faculdades.

Em seguida, tem-se o registro da carga horária das instituições e a quantidade de disciplinas voltadas à alfabetização, a fim de verificar como ocorre a escolha por este tema no currículo do curso de Pedagogia e se ela é variável nas faculdades a distância e presencial, conforme postulam os objetivos deste artigo.

4.1 Caracterização das Instituições de Ensino Superior

Tabela 01 – Descrição das atividades desenvolvidas nos cursos de Pedagogia		
Modalidade do (I. E. S.)	I. E. S. 1 (Instituto de Ensino Superior) – A distância	I. E. S. 2 (Instituto de Ensino Superior) – Presencial
Material didático	- Desenvolvido pela própria instituição e cedido aos alunos no início de cada semestre. Nos livros, há citação e referência feitas aos teóricos da área, além da lista de exercícios ao fim de cada capítulo.	- Há uma lista de textos e autores obrigatórios e complementares a serem lidos pelos alunos. Estes devem procurar os livros na biblioteca e ou providenciar a fotocópia.
Atividades desenvolvidas	Uma aula presencial por semana, com: - Aula-atividade (realização de atividades com temas indicados pelo Polo Central e orientados pelo professor tutor da sala). - Web aula (por videoconferência).	- Aulas expositivas (em sua maioria) e presenciais. Os docentes têm autonomia para utilizar xérox de livros, vídeos em sala de aula, data show (todas as salas possuem esse recurso). - Alguns professores solicitam seminários.

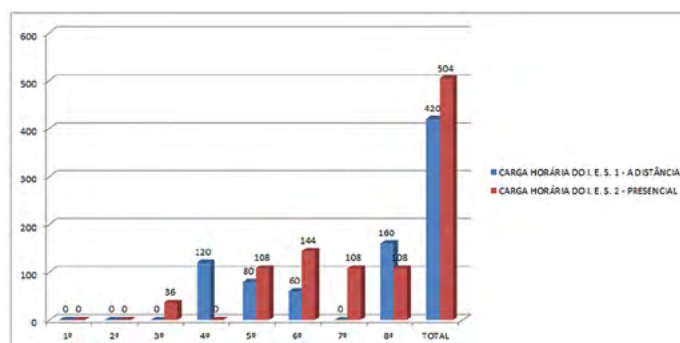
Avaliações	I. Avaliações virtuais: compostas de duas avaliações virtuais por disciplina, realizadas em local de livre escolha pelo discente. II. Portfólios virtuais: trabalho reflexivo/teórico a ser “postado” na plataforma virtual do curso. Os alunos redigem um portfólio por disciplina. III. Avaliação presencial: os discentes fazem uma avaliação individual de cada disciplina presencial (no polo da instituição) em dia determinado.	I. Trabalho avaliativo: trabalho reflexivo ou teórico proposto pelo professor responsável da disciplina, com prazo determinado para a entrega. II. Avaliação presencial: os discentes fazem uma avaliação presencial de cada disciplina na instituição em dia determinado. A prova é elaborada pelo professor, que possui autonomia para determinar questões de múltipla escolha ou dissertativas, individualmente ou em grupo.
Atividades complementares (AC)	- 100 horas de AC que possuam relação direta com o curso de Pedagogia.	- 200 horas de AC, geralmente relacionadas às oficinas pedagógicas práticas, como brinquedoteca e contação de histórias (realizadas pela própria instituição).
Estágio supervisionado	Nos 5º e 6º períodos, o estágio é feito na Educação Infantil, com 100 horas semestrais, e no 7º período na Educação Fundamental, com 100 horas semestrais.	Nos 4º e 5º períodos, o estágio é feito na Educação Infantil, com 100 horas em cada semestre. Nos 6º e 7º períodos no Ensino Fundamental, com 100 horas semestrais.
TCC (trabalho de conclusão de curso)	- Há um tutor para orientar os alunos via internet. - A apresentação do TCC ocorre por videoconferência e possui os mesmos moldes de uma apresentação presencial (com banca que questiona o trabalho).	- Há um professor específico para auxiliar os alunos. A apresentação da monografia ocorre presencialmente com a participação do aluno universitário, o orientador responsável e pelo menos um professor arguidor.
Atividades optativas	- 1 fórum virtual por disciplina a ser feito na internet. - Questões da web aula (presencial): As respostas são postadas no portal e as participações mais relevantes lidas pela professora ao vivo (assistidas pelos alunos de outras cidades e estados).	- Semana da Pedagogia: ocorre uma vez por ano – evento com a realização de palestras, workshops e seminários voltada para a área de Pedagogia.

4.2 Disciplinas Relacionadas à Alfabetização

Neste tópico, faremos observações sobre a frequência e distribuição das disciplinas ao longo dos cursos universitários em estudo. Dessa maneira, busca-se avaliar a adequabilidade das instituições frente ao tema da alfabetização, assunto extremamente relevante ao se tratar da preparação dos universitários acerca do estudo da leitura/escrita de crianças do ensino fundamental.

Nesta etapa, é mostrado o resultado das análises das instituições, a partir de comentários sobre as particularidades encontradas. A fim de propiciar uma melhor leitura dos dados, o Gráfico 1 ilustra as informações sobre as matérias que versam sobre alfabetização de alunos.

Gráfico 1: Carga horária das disciplinas voltadas à alfabetização.



A distribuição de disciplinas que tratam do tema da alfabetização na I. E. S. 1 (ensino a distância) inicia-se a partir do quarto semestre – com a abordagem da educação infantil. As disciplinas relacionadas são

coerentes com os objetivos propostos para a série, com o enfoque principal na oralidade das crianças – enquanto comunicação de ideias coerentes, haja vista a faixa etária das crianças em estudo.

Nos semestres seguintes (notadamente no 5º e 6º), há a frequência de uma disciplina por módulo, este último relacionado à educação fundamental. Conforme já comentado, há a necessidade de ampliar o rol de temas abordados – já que somente este segmento aborda a aprendizagem da língua portuguesa para alunos do 1º ao 5º ano do ensino fundamental.

Com relação ao 7º período, não há disciplina relacionada ao tema em foco, uma vez que trata de outras disciplinas obrigatórias do currículo do ciclo básico.

Por fim, o último semestre possui duas disciplinas acerca do tema, abrangendo uma disciplina para a Educação de Jovens e Adultos e outra acerca da Língua Brasileira de Sinais – Libras.

4.3 Sobre a Carga Horária Total

Na I. E. S. 1, a soma das matérias envolvendo o estudo da Língua Portuguesa ao longo dos quatro anos de curso é de seis disciplinas. Juntas, as atividades contabilizam 420 horas.

A somatória das outras disciplinas (incluindo Atividades Complementares, Estágio e Trabalho de Conclusão de Curso) perfaz 2.940 horas. No total, todas as disciplinas somam 3.360 horas no sistema a distância.

As análises das disciplinas relacionadas à alfabetização na I. E. S. 2 (caracterizada pelo ensino presencial) demonstram que, a partir do 3º semestre, há a primeira referência desse tipo de matéria (Prática de Ensino I). O módulo seguinte, no entanto, não apresenta temas relacionados ao ensino do vernáculo.

Em contrapartida, ora alternando em assuntos referentes à educação infantil, ora ensino fundamental, ora jovens e adultos ou ainda sobre Libras, destacando-se o curso prático da linguagem de sinais para os universitários, a frequência das disciplinas relacionadas ao tema em estudo nas etapas seguintes é a mesma do 5º ao 8º semestre, ou seja, três ocorrências em cada segmento.

Dessa maneira, na I. E. S. 2 o total de disciplinas envolvendo língua portuguesa em todo o curso de Pedagogia é de treze matérias, somando 468 horas de estudo. A soma de todas as outras disciplinas, incluindo Atividades Científicas Culturais, Estágio e Trabalho de Conclusão de Curso, é de 3.012 horas. Por fim, a soma total culmina em 3.480 horas.

Finalizando a discussão acerca da carga horária obrigatória dos cursos de licenciatura, convém retomar as informações dispostas na Resolução CNE/CP nº 2, de 19 de fevereiro de 2002. Os cursos de graduação devem oferecer:

Art. 1º A carga horária dos cursos de formação de professores da educação básica, em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, será efetivada mediante a integralização de, no mínimo, 2.800 (duas mil e oitocentas) horas, nas quais a articulação teoria-prática garanta, nos termos dos seus projetos pedagógicos, as seguintes dimensões dos componentes comuns:

I - 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, vivenciadas ao longo do curso;

II - 400 (quatrocentas) horas de estágio curricular supervisionado a partir do início da segunda metade do curso;

III - 1.800 (mil e oitocentas) horas de aulas para os conteúdos curriculares de natureza científico-cultural;

IV - 200 (duzentas) horas para outras formas de atividades acadêmico-científico-culturais.

A grade curricular da I. E. S. 1 ultrapassa a quantidade de horas mínimas estipulada pela Resolução (3.360 horas) na somatória total de disciplinas e atividades, contudo observa-se que a quantidade de horas determinada para o Estágio Supervisionado está aquém do requisitado (300 horas). Outro apontamento diz respeito às atividades complementares obrigatórias, cuja carga horária está defasada em cem horas, em comparação com o valor existente na Resolução.

Por ser da modalidade de ensino a distância, é visível a prioridade em capacitar os alunos por meios teóricos e técnicos, desprivilegiando os aspectos práticos do trabalho pedagógico. Dessa forma, nota-se a necessidade de distribuir melhor a carga horária do curso de Pedagogia da instituição, visto que só a quantidade de horas disponível para as disciplinas já supera o esperado de todas as atividades relacionadas à graduação (2.960 horas).

Na modalidade de ensino a distância, o aluno faz atividades *on-line* e presenciais obrigatórias, que possibilitam significativo período de estudo, pesquisa e reflexão sobre os temas estudados. De forma geral, o universitário que opta por essa modalidade de ensino adquire relativa autonomia, visto que necessita se organizar a fim de realizar portfólios, provas *on-line*, participar de fóruns e demais tarefas em tempo determinado.

A função de orientar e principalmente avaliar as produções escritas possui critérios bem definidos e esclarecidos pelos professores no sistema *on-line* – todas as avaliações presenciais são escaneadas e enviadas ao polo central, local em que são corrigidas pelos tutores eletrônicos. Estes efetuam a apreciação das notas e fazem comentários sobre as respostas discursivas, o que reitera o compromisso em reafirmar a resposta correta, oferecendo segurança aos alunos com relação à nota alcançada.

Contudo, apesar de oferecer horas práticas de estágio e atividades complementares que possibilitam a interação do universitário com cursos pertinentes ao trabalho do pedagogo, o sistema de ensino a distância ainda necessita disponibilizar mais opções de atuação do futuro professor *in loco* com a comunidade.

Oficinas infantis (de leitura, jogos didáticos ou de brinquedos, por exemplo) seriam excelentes formas de aproximar o estudante das crianças e, assim, oferecer a oportunidade de que ele coloque suas teorias em ação – ao mesmo tempo que reflete sobre sua prática.

A falta de atividades que exercitem a teoria pode ser explicada pelo ambiente de atividades de avaliação e trabalhos *on-line* nos quais os universitários do sistema a distância estão inseridos. Quase todas as disciplinas possuem a mesma quantidade de horas: sessenta ou oitenta. Visto que as matérias têm o mesmo formato – fóruns virtuais, aula-atividade presencial, provas virtuais e presenciais, portfólios de aprendizagem, dentre outros –, o curso dessa modalidade exige que o aluno virtual possua um perfil pesquisador, diferentemente do estudante de cursos presenciais – já que há interação constante com o professor durante as aulas diárias, este nem sempre realiza um número de atividades extraclasse tão variado e extenso.

Nesse sentido, este discente muitas vezes assume um papel passivo frente à quantidade de informações transmitidas pelos professores, já que as aulas se caracterizam, na maioria das vezes, por serem expositivas. A carga horária das disciplinas varia de 36 a 72 horas, com a ocorrência de uma a duas vezes por semana. Novamente fica a cargo do futuro pedagogo a incumbência de aprofundar os conhecimentos adquiridos em sala de aula ou então aceitar as informações prontas transmitidas pelos professores universitários.

A I. E. S. 2, por sua vez, também excede a quantidade referida pela legislação (3.480 horas) na soma de todas as atividades relacionadas ao curso. Já a carga horária destinada ao Estágio Supervisionado se

encontra em conformidade com o mínimo exigido (400 horas). Da mesma forma, as atividades científicas-culturais novamente se mostram adequadas ao requisitado (200 horas).

Pelos dados apresentados, o curso superior de Pedagogia da instituição de ensino presencial possui carga horária compatível com o que exige a Resolução. Tanto os aspectos teóricos quanto as atividades práticas estão compatíveis com a lei já referida. Conforme citado em capítulo anterior, a instituição de ensino presencial oferece aos graduandos oficinas práticas de alfabetização com jovens e adultos, além das atividades de brinquedoteca e afins.

Os dados analisados, portanto, indicam que a I. E. S. 2 possui mais disciplinas relacionadas ao tema, possibilitando aos universitários desta instituição mais informações acerca do tema alfabetização. Com relação à carga horária, a I. E. S. 2 também prevaleceu sobre a instituição de ensino a distância por uma diferença quase nula: somente 48 horas a mais do que a I. E. S. 1.

No próximo tópico serão retomados os temas já abordados, encerrando a discussão central do trabalho.

5. Considerações Finais

A presente pesquisa não busca caracterizar qual é a “melhor ou pior” instituição de ensino superior de Pedagogia, mas sim reiterar a necessidade de trabalhos que tratem do respaldo teórico para os futuros profissionais da educação.

É importante esclarecer a diversidade da natureza das instituições analisadas. As análises de carga horária revelaram que a instituição de ensino a distância necessita atualizar o rol de atividades direcionadas à prática do pedagogo, pois as horas relacionadas ao estágio supervisionado e as atividades complementares obrigatórias estão em desacordo com o exigido pela resolução federal.

Outras observações dignas de nota dizem respeito à falta de referências diretas sobre legislações relacionadas aos temas em estudo: nos currículos sobre alfabetização infantil, por exemplo, falta a abordagem do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, importante documento que aborda métodos e estratégias para o desenvolvimento geral da criança de 0 a 3 anos.

A inclusão da disciplina Libras também gera questionamentos como, por exemplo, se o objetivo da alfabetização só com o sistema de Libras ocorre realmente sem a abordagem do ensino da escrita convencional da língua portuguesa para deficientes auditivos.

Por essas e outras indagações ainda sem resposta, afirmamos que, independentemente da quantidade de disciplinas versadas no ensino da língua portuguesa, o que determina o bom desempenho docente é a dedicação do professor como educador em sala de aula, sua postura pedagógica em diagnosticar a necessidade de seus alunos e quais estratégias utilizará para sanar os problemas encontrados.

Desde cedo, as crianças estão inseridas no contexto digital. Seja em casa, *lan house*, residência de familiares ou na escola, é cada vez mais comum encontrar crianças em frente a um computador. Em um mundo cada vez mais global, a utilização de diferentes mídias auxilia o conhecimento de outras formas de cultura e valoriza a pluralidade da sociedade.

Dessa maneira, as faculdades devem usar todo e qualquer recurso, seja face a face ou os inúmeros caminhos proporcionados pela tecnologia, a fim de que leve seu futuro professor a trilhar um caminho de coerência e responsabilidade na função de ensinar as primeiras letras aos herdeiros desta geração.

Referências Bibliográficas

Bianchetti, R. G. (2005). *Modelo neoliberal e políticas educacionais*. 4. ed. São Paulo: Cortez.

Brasil. *Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005* (2005). Regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília. Acesso em 10 de abril de 2016, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm

Brasil. *Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006* (2006). Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior. (Posteriormente alterado pelo Decreto 8.142/2013). Acesso em 2 de setembro de 2016, disponível em <http://www2.mec.gov.br/sapiens/portarias/dec5773.htm>

Brasil. *Decreto nº 6.303, 12 de dezembro de 2007* (2007). Altera dispositivos dos Decretos nos 5.622, de 19 de dezembro de 2005, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 5.773, de 9 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Acesso em 2 de setembro de 2016, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/decreto/D6303.htm

Brasil. *Portaria Normativa nº 1, de 10 de janeiro de 2007* (2007). Acesso em 3 de setembro de 2016, disponível em <http://download.inep.gov.br/download//superior/institucional/Portaria%20Normativa%20MEC%20n%C2%BA1%20de%2010.01.2007.pdf>

Brasil. *Portaria Normativa nº 2, de 10 de janeiro de 2007* (2007). Dispõe sobre os procedimentos de regulação e avaliação da educação superior na modalidade a distância. Acesso em 3 de setembro de 2016, disponível em <http://download.inep.gov.br/download//superior/institucional/Portaria%20Normativa%20MEC%20n%C2%BA2%20de%2010.01.2007.pdf>

Brasil. *Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007* (2007). Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação da educação superior no sistema federal de educação. Acesso em 3 de setembro de 2016, disponível em http://download.inep.gov.br/download//superior/institucional/Port_Norm40_2007.pdf

Brasil. *Resolução CNE/CP Nº 2, de 19 de Fevereiro de 2002* (2002). Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior. Acesso em 30 de janeiro de 2016, disponível em http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/txt/res2_2.txt

Carneiro, R. (2002). *Informática na Educação: representações sociais no cotidiano*. São Paulo: Cortez.

Centro Universitário de Votuporanga (2015). *UNIFEV – Ementa das disciplinas de Pedagogia*.

Centro Universitário de Votuporanga (2015). *UNIFEV – Matriz curricular do curso de Pedagogia*. Acesso em 19 de fevereiro de 2015, disponível em <http://www.unifev.edu.br/graduacao/disciplinas-142-conteudo.html>

Furlan, C. M. A. (2008). *História do curso de pedagogia no Brasil: 1939-2005*. In Encontro Educare 2008, v.2, n.2, 2008, Paraná. Anais eletrônicos. Paraná: Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Acesso em 14 de abril de 2016, disponível em <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais>

Imbernón, F. (2010) *Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza*. 7ª ed. São Paulo: Cortez.

Maraschin, C. (2000). *A sociedade do conhecimento e a educação à distância*. In: D. Capisani. Educação e arte no mundo digital. Campo Grande: EAD/UFMS.

Mayer, R. E. (2011). *Applying the Science of learning*. Boston. Pearson.

Nóvoa, A. (1995). *O passado e o presente dos professores*. In: A. Nóvoa (Coord.). Profissão professor. Porto: Porto Editora.

Universidade do Norte do Paraná (2016). *Guia de percurso – Curso de Pedagogia 4 Anos*. Acesso em 30 de abril de 2016, disponível em <http://www.unoparead.com.br/documentos/guia-percurso/pedagogia-anterior.pdf>